

# **DEMOCRACIA E GOVERNABILIDADE NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A INSTABILIDADE POLÍTICA (2014-2019)<sup>1</sup>**

**Vavito André da Costa<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

O artigo analisa a crise da governabilidade gerada pelo conflito interno do PAIGC de 2014 a 2019. Busca compreender a representatividade dos partidos e grupos políticos nos sucessivos governos e no órgão legislativo. Apresenta um panorama de dias governados por cada primeiro-ministro. A pesquisa trata-se de um estudo exploratório. Na Guiné-Bissau a democracia e governabilidade constituem um desafio. Desde a abertura da democracia multipartidária aos dias atuais nenhum primeiro-ministro termina seu mandato. A nona legislatura não foi uma exceção, durante cinco anos foram sete primeiros-ministros e seis governos. O parlamento ficou improdutivo, por quase mais de dois anos, devido às suspensões das sessões plenárias.

**Palavras-chave:** democracia - Guiné-Bissau; estabilidade política - Guiné-Bissau; Estado de direito - Guiné-Bissau.

## **ABSTRACT**

The article analyzes the crisis of governance generated by the internal conflict of paigc from 2014 to 2019. It seeks to understand the representativeness of political parties and groups in successive governments and the legislative body. It presents an overview of days ruled by each prime minister. Want. The research is an exploratory study. In Guinea-Bissau democracy and governability are a challenge. Since the opening of multiparty democracy to the present day, no prime minister ends his term. For five years there were seven prime ministers and six governments. Parliament has been unproductive for almost more than two years due to the suspensions of plenary sessions.

**Keywords:** democracy - Guinea-Bissau; political stability - Guinea-Bissau; rule of law - Guinea-Bissau.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades e licenciando em Ciências Sociais pela UNILAB. Mestrando em População Território e Estatísticas Públicas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 1 INTRODUÇÃO

Dos anos finais da década de 1940 a início da década de 1990, o mundo assistiu a um dos maiores eventos do século XX, conhecido como Guerra Fria, que culminou com a reunificação das duas Alemanhas e a desintegração do bloco soviético e, conseqüentemente, a debilidade do seu modelo econômico, o socialismo, para dar espaço à afirmação do capitalismo defendido pelos Estados Unidos (CARDOSO, 1995; M'BUNDÉ, 2017).

O fim do bloco socialista deixou as limitações financeiras dos países africanos mais visíveis e várias condições foram impostas pelas potências ocidentais através de duas agências financiadoras, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, como determinantes para a concessão de apoio financeiro. Entre as exigências cruciais das agências multilaterais e organismos internacionais estava a transição para a democracia multipartidária, como forma de romper com o antigo sistema do partido único, tido pelas duas agências financiadoras como um dos fatores da crise profunda em África (CARDOSO, 1995; M'BUNDE, 2017).

Segundo Furtado (1998), a luta em África por uma vivência democrática não constitui fenômeno dos anos 1990. Nos espaços coloniais franceses e ingleses assistiam, após a segunda guerra mundial, as reformas políticas, sociais e sindicais, facilitadoras de pluralismo político e sindical. De acordo com o autor, as greves que começaram nos finais dos anos quarenta há anos cinquenta constituem a gênese da dinâmica dos movimentos sociais na busca do efetivo exercício do pluralismo e da democracia.

O autor analisa várias revoluções ocorridas em muitos países da África. Na Guiné-Bissau, a revolução dos estivadores de portos que culminou em massacre de Pindjiguiti, em 1959 configura um dos exemplos desses movimentos. Segundo Furtado (1998), os movimentos emergentes acabam progressivamente por originar projetos políticos e societários, dando em muitos casos o surgimento das formações partidárias.

Conforme Furtado (1998), os processos de transição democrática em África trouxeram um clima de diálogo e de maior espaço de participação política e cívica, apesar de ser marcados por alguns percalços. Ainda na sua abordagem, devido à própria situação colonial, não havia espaço para um governo de povo diretamente ou por delegação, uma vez que a situação colonial constituía uma negação a democracia, enquanto conceito e concretude histórica. A luta contra a colonização e para as independências dos países africanos marca, do ponto de vista institucional e político, as condições pela busca de uma convivência democrática (FURTADO, 1998).

Na Guiné-Bissau, o processo transitório à democracia multipartidária foi marcado por vários acontecimentos: por um lado, crise econômica e política e renovação da estrutura do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC); por outro, emergência de partidos políticos e desvinculação de algumas instituições do Estado com o PAIGC. A revisão da constituição da república, na qual foi extinto o artigo que dava ao PAIGC o direito de ser a única formação partidária, força política e dirigente da sociedade (CARDOSO, 1995; KOUDAWO, 2001).

Mais de duas décadas depois da abertura da democracia multipartidária, nenhum primeiro-ministro indicado pelo partido ou coalizão com maior representação no legislativo concluiu o mandato no prazo regular de quatro anos. As interrupções governativas foram ocasionadas por vários aspetos, nomeadamente: quebra de alianças governativas entre os partidos políticos e golpes de estado desencadeados pelas forças da defesa e segurança.

A nona legislatura<sup>3</sup> de 2014 a 2019 com a nova configuração tanto no parlamento quanto na composição dos membros do governo, não foi uma exceção. O PAIGC foi grande vencedor das eleições legislativas (57 deputados eleitos, maioria absoluta) e presidências (vencida no segundo turno). O partido libertador, mesmo como esses resultados não foi capaz de garantir a governabilidade, devido à crise interna causada, por um lado pela falta de apoio no legislativo dos 15 deputados, dissidentes; por outro pela quebra de aliança governativa com Partido da Renovação Social (PRS), principal força política da oposição.

Os 15 deputados, denominados de G-15<sup>4</sup> são parlamentares eleitos, em 2014, na lista do PAIGC que tiveram os mandatos suspensos por votarem contra o programa da mesma formação política. O grupo foi composto por diversos dirigentes políticos, com larga experiência e influência na sociedade guineense. Esta capital política contribuiu na fragmentação da base de apoio do PAIGC. O G-15 tinha forte relação com presidente da república, José Mário Vaz (JOMAV) e acompanhava as suas ações.

Esses dirigentes políticos fundaram o novo partido, Movimento para Alternância Democrática (MADEM G-15)<sup>5</sup>, em 2018. Nas últimas eleições legislativas (décima legislatura) realizadas em 2019 elegeu 27 deputados, figurando como a segunda força política no parlamento, atrás apenas do PAIGC que teve 47 deputados. No mesmo ano, nas eleições presidenciais, o candidato apoiado por MADEM G-15, Umaro Sissoco Embaló (então

---

<sup>3</sup> Trata-se da nona eleições ou a constituição dos deputados na Assembléia Nacional Popular.

<sup>4</sup> Moções contra Governo guineense aprovadas no Parlamento .< [https://www.dw.com/moções contra governo guineense aprovadas no parlamento – dw – 19/01/2016](https://www.dw.com/moções%20contra%20governo%20guineense%20aprovadas%20no%20parlamento%20-%20dw%20-%2019/01/2016)>. Acesso em: 18 Jan. 2023.

<sup>5</sup> MovimentoparaAlternanciaDemocrática.<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_para\\_Altern%C3%A2ncia\\_Democr%C3%A1tica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_para_Altern%C3%A2ncia_Democr%C3%A1tica)>. Acesso em: 17 Jan.2023. Link para acessar mais informações sobre MADEM G-15.

terceiro vice-coordenador) foi eleito o presidente da república, no segundo turno disputado com Domingos Simões Pereira, candidato do PAIGC.

A pesquisa busca responder a seguinte questão: como a crise interna do PAIGC impactou a democracia e governabilidade<sup>6</sup> na Guiné-Bissau entre 2014 a 2019? O objetivo do artigo é analisar a crise de governabilidade que advém da crise interna do PAIGC, o que impacta a governação no país e funcionamento do sistema democrático, de 2014 a 2019. Busca compreender a representatividade de partidos e grupos políticos nos sucessivos governos e no órgão legislativo. Apresenta um panorama da duração (dias governados) por cada primeiro- ministro.

Segundo Luz, Aflalo e Dutra (2018, p. 48): “a literatura sobre a formação de governos de coalizão corresponde a uma das discussões mais ricas da Ciência Política. [...] governos multipartidários possuem grandes chances de resultarem em alianças, independentemente de serem sistemas parlamentaristas ou presidencialistas”. Desenvolver a pesquisa desta natureza no contexto político guineense permite compreender qual o compromisso dos partidos políticos para o fortalecimento da democracia no país, igualmente, colocá-los a exposição da população para que os seus desempenhos sejam avaliados. E, por fim, definir caminhos possíveis para garantir a governabilidade.

A pesquisa trata-se de um estudo exploratório, conforme pontuado por Piovesan e Temporoni (1995), a pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal como o estudo preliminar realizado com finalidade de melhor adequar o instrumento de medida a realidade de que se pretende conhecer. Permite aliar as vantagens de obter os aspectos qualitativos das informações a possibilidades de quantificá-los. Tem por objetivo conhecer variável do estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere.

A página da Comissão Nacional de Eleições (CNE) disponibiliza os resultados de todas as eleições legislativas e presidenciais já realizadas. A partir dos resultados das eleições legislativas de 2014 foi plotado o gráfico com dados percentuais por todos os partidos que participaram no pleito eleitoral. As informações relativamente às nomeações e exonerações de

---

<sup>6</sup> Luz, Aflalo e Dutra (2018), a governabilidade é o objetivo a ser perseguido por todo bom governante que assume o comando em regimes democráticos e em diversos sistemas parlamentaristas, presidencialistas e semipresidencialistas. Ela é entendida como o sucesso com que o governo consegue a aprovação de sua agenda de políticas pelos membros do parlamento [legislativo]. Viana e Oliveira (2018) a governabilidade passa a ser tratada como uma função do arranjo institucional vigente em determinado local, durante um determinado período, de forma independente das escolhas estratégicas dos atores políticos. É, portanto, condição necessária, mas não suficiente para que um dado sistema político funcione como se espera.

primeiros-ministros foram acessadas nas páginas de Rádio Sol Mansi, DW África e nos blogs Tchogue e Jornal Odemocratagb.

O jornal Odemocratagb foi à principal fonte, para analisar as distribuições das pastas pelos partidos. Dispõem das informações de percursos acadêmicos, políticos e profissionais (biografia) da maior parte dos membros de todos os governos. A partir delas enumera-se a quantidade de membros dos partidos e a pasta ocupada no governo, ou seja, efetuar a distribuição das pastas pelos partidos ou grupos políticos.

Em relação à representação das Figuras ligadas ao Presidente da República (FPR) no governo, a análise consiste na observação da relação de maior proximidade entre o José Mário Vaz com esses políticos, alguns afetos ao seu gabinete. Além do mais, se justifica pela intervenção direta do presidente na ação governativa<sup>7</sup>.

Pela indisponibilidade ou inexistência de acordos governamentais assinados pelos partidos e alianças políticas, esse método é viável para analisar a representatividade dessas formações e grupos políticos, nos sucessivos governos. Embora esteja sujeito a alguns erros, como a ligeira sub-enumeração ou super-enumeração de número de pastas, devido às constantes mudanças de partidos verificados entre os atores políticos no período da referência da pesquisa. Os mesmos erros podem ser observados em relação à distribuição das pastas pelas Figuras ligadas à Presidência da República. Por motivos dessas mudanças torna-se difícil identificar a posição do Partido da Nova Democracia (PND) entre as duas alianças.

Para cálculo dos dias governados efetua-se a contagem dos meses, tendo 30 dias como a base para a multiplicação com meses governados, a fim de encontrar o número absoluto dos dias. A análise dos dados, isto é, valores da média, máximo e mínimo foram gerados de forma automática por meio de funções no Software R Studio. Os gráficos<sup>8</sup> foram plotados no Excel.

Pelo recorte do cálculo, a partir do dia 30 é possível a existência de algumas variações numéricas sobre o dia exato, que cada governo durou, uma vez que alguns meses terminam em 31. Ainda há casos de anos comuns e bissextos, onde o mês de fevereiro varia de 28 e 29 dias. Também não faz parte do cálculo o primeiro governo de Baciro Dja que durou menos de 72 horas. Esses erros por serem residuais, não afetariam os resultados encontrados.

O artigo será dividido em seções. A primeira parte consiste na definição da democracia e partidos políticos e suas ressignificação ao longo dos tempos, pois figuram como elementos fundamentais para o funcionamento da democracia. A segunda analisa

---

<sup>7</sup> Mon na lama passa de projeto para fundação.<<https://www.ODemocratagb>>. Acesso em: 05 Jan. 2023.

<sup>8</sup> As cores adotadas nos gráficos representam as mesmas dos partidos políticos, com exceção de G-15 e Figuras ligadas ao Presidente da República.

sucessivas participações e representatividade de partidos e alianças em todos os governos constituídos de 2014 a 2019, bem como o tempo da governação de cada primeiro-ministro. Por fim, as considerações finais.

## **2 DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS: VÁRIOS OLHARES**

O debate sobre democracia e os partidos políticos é muito antigo, nesta seção aborda várias concepções e de que forma caracterizam a democracia. A propósito disto vejamos CABRAL NETO (1997):

Democracia é um tema bastante antigo e explorado por vários autores. Na atualidade, como uma área de estudo bastante significativa, por apresentar-se contemporaneamente como regime defendido por quase todas as correntes de pensamento, independentemente de suas concepções políticas e ideológicas [...] na forma como foi evidenciada desde a antiguidade até os dias atuais, traz em si um conjunto de contradições que redundou numa maior ou menor incorporação da população ao jogo democrático (CABRAL NETO, 1997, p. 288).

Segundo Bobbio (2000), a democracia é muito antiga. O conceito é transmitido pelo pensamento político grego em uma célebre tipologia das formas de governo. Ele é definido como governo de muitos, dos mais, da maioria, ou dos pobres. A composição da palavra é governo do povo. De acordo com o autor, mesmo transcorrendo vários séculos, propagando discussão em torno da diversidade da democracia dos antigos e modernos, o significado geral do termo não se alterou.

De acordo com Dahl (2012), o seu exercício era pensado exclusivamente para cidade (polis). No decorrer dos tempos, caracterizado pelas guerras e revoluções, a idéia de democracia foi transferida da cidade-estado para a escala muito maior do Estado nacional. Essa transformação levou ao surgimento de novas instituições políticas.

Na mesma ordem de idéia, o autor caracteriza a democracia como processo de competição eleitoral com base nas regras constitucionais que define a participação política, tem sua finalidade que é a construção do governo que exerce o poder e toma decisões políticas. O exercício do poder é feito com o consentimento dos governados, partindo de um governo resultante do voto de maioria representada no parlamento (DAHL, 2012).

Segundo Sell (2006), Mendonça, Cunha e Cardoso (2018), o novo regime foi reinventado na modernidade, passou a integrar outras expressões e ações sociais e políticas nomeadamente: a liberdade, igualdade entre cidadãos, representação política e separação de

poderes do Estado: Governo, Parlamento e Judiciário. Essas instituições têm funções distintas, mas existem certas ocasiões da interdependência, que depende muito da forma como o Estado é organizado politicamente: forma do estado e sistema do governo, respectivamente. Vale lembrar que a volta da sua reinvenção na modernidade é considerada como um dos estágios mais importantes da redefinição dos estados na contemporaneidade (SELL, 2006).

Para Bobbio (2000) é inegável que historicamente a democracia teve dois significados prevaletentes ao menos na origem em maior evidência o conjunto das regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos. O primeiro é a democracia como forma de governo do povo e segundo a democracia como governa para o povo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, nos regimes democráticos o conflito social é maior, uma das funções de quem governa é a de resolver esses conflitos de modo a tornar possível uma convivência entre os indivíduos e grupos que representam interesses diversos. É evidente que quanto mais aumenta os conflitos mais aumenta a dificuldade de dominá-los. Para o autor, único interesse comum a que obedecem aos vários componentes de um governo democrático, é o de satisfazer os interesses que produzem maiores consensos.

No estudo sobre a democracia, um dos conceitos muito debatido é a representação. Segundo Pogrebinsch, Feres jr (2010) a representação começou a ser delineados a partir do século XIII, mas somente no século XVII que foi conferido o sentido político, universalizado com as revoluções do século XVIII. Assim, a representação passou a ser ancorado ao conceito de democracia.

No ponto de vista de Aires (2009), a teoria da representação é associada a Thomas Hobbes, partindo de sua teorização do contrato social, preocupado com o estabelecimento dos pactos e acordos firmados entre governantes e população. A representação política e a eficiência das instituições democráticas representativas constituem objeto de estudo antigo da ciência política. Desperta diferentes análises e posições teóricas ao longo do tempo. Ela é requisito essencial ao bom funcionamento do governo representativo.

Conforme abordagem de Pogrebinsch e Feres jr (2010), a democracia representativa recebe nova injeção de ânimo por parte de uma literatura que busca reconceituá-la e revalidando sua natureza. Igualmente, é o de alargar seu escopo e provendo-lhe novas formas de aplicação e teorizações que ampliam seus limites modernos, para fazer frente às propostas participativas e deliberativas. Reconhecer a inviabilidade prática delas, como também para responder às demandas do pluralismo e do multiculturalismo.

Os autores mostram que a teoria política contemporânea preserva o debate sobre o tema da representação política em pelo menos duas de suas três dimensões modernas:

A) a problemática acerca de quem deve ser representado, a qual alude às questões da extensão do sufrágio, da expressão da vontade geral e da formação da soberania popular; b) a problemática acerca de como os representantes devem ser escolhidos, a qual engendra discussões sobre sistemas de governo, sistemas eleitorais e sistemas partidários; c) a problemática acerca de como os representantes, uma vez escolhidos, devem se comportar, a qual enseja estudos sobre o comportamento dos atores políticos e sobre o funcionamento das instituições políticas (POGREBINSCHI e FERES JR, 2010, p.138).

Nas suas respostas a primeira dessas problemáticas, referente a quem deve ser representada foi de certa forma pacificada pela história com a universalização do sufrágio. A segunda, relativa como os representantes devem ser escolhidos, consiste ainda em uma das principais questões em aberto na ciência política. Pela complexidade da resposta da segunda questão, eles deixam a maior responsabilidade aqueles que dedicam ao trabalho empírico da ciência política a questionar-se se o aporte teórico poderia efetivamente contribuir para resolver os problemas concretos colocados pelos sistemas eleitorais e partidários (POGREBINSCHI; FERES JR, 2010).

Segundo Miguel (2005), a democracia participativa, não deve se limitar somente ao período eleitoral. Para o autor, há necessidade de ampliação dos espaços de decisão coletiva na vida cotidiana. Pois é necessário que as pessoas comuns estejam presentes na gestão das empresas, das escolas, enfim, que a participação democrática faça parte de seu dia a dia.

Na abordagem de Melo (2018), os partidos políticos com as características atuais surgiram no século XIX, devido à afirmação do parlamento como instituição soberana e expansão do sufrágio. Esse processo de surgimentos de partidos políticos ocorreu de destina forma, em diferentes contextos e países. De acordo com Viana (2003), a origem dos partidos políticos modernos ocorre num contexto histórico marcado pela luta de classes no século XIX, das mudanças nas formas capitalistas de regularização das relações sociais (Estado capitalista, democracia burguesa).

Na concepção do autor, todo partido político é expressão política de uma ou outra classe social, pois a maioria são representantes exclusivos da classe dominante e o restante é hegemonizado por suas classes auxiliares. Enquanto isso, na perspectiva de Bobbio (1998), o partido compreende formações sociais ou organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, formados por grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas cuja característica comum é se mover na esfera do poder político.

Conforme Viana (2003, p.12): “Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existente”. Para ele, os partidos políticos têm o objetivo de conquistar o poder do Estado, mesmo na impossibilidade, buscam conquistar espaços através das eleições, às vezes aliando-se aos grandes partidos em troca de cargos públicos.

Para Melo (2018), em único partido observam-se os grupos de membros que tem a finalidade exclusiva de ascensão ao cargo público, sem mínimo compromisso com o desenvolvimento de uma determinada política que beneficia a sociedade, enquanto para outros a prioridade é o desenvolvimento de determinada política e que enxergam a vitória nas eleições como um meio para tal objetivo. Entretanto esta ambição diversificada, com certeza, cria posições controversas dentro do mesmo partido (MELO, 2018).

Segundo Melo (2018), os partidos têm contribuído para a definição, em cada país de sistemas partidários que com o tempo passaram a canalizar as reivindicações da sociedade em direção às instâncias de governo, portanto é necessária a coesão dos partidos políticos para garantir a governabilidade.

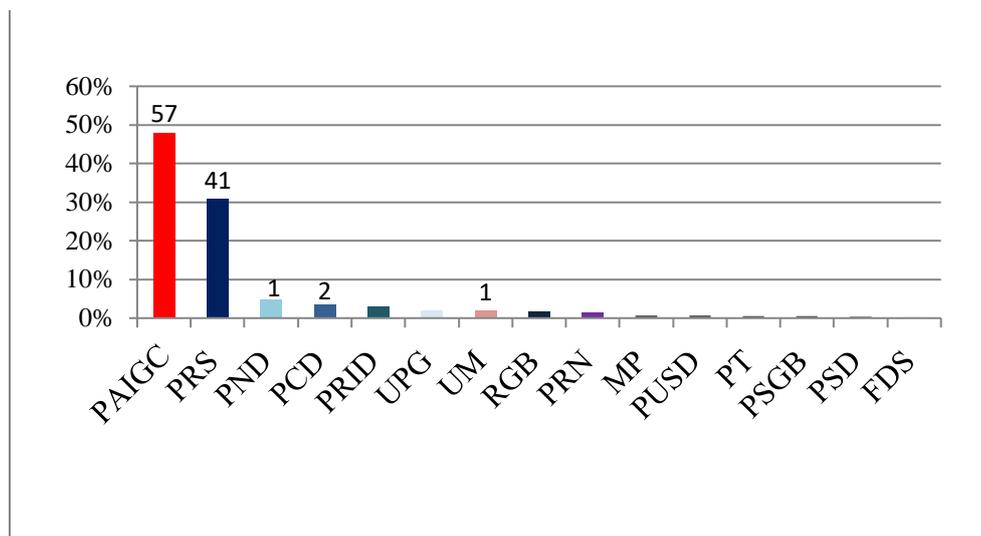
De acordo com Baracho (1979), os partidos políticos são considerados como essenciais à democracia representativa, por serem elementos fundamentais na dinâmica de sua estrutura jurídico-política. Elemento natural em qualquer sistema político desde os regimes autoritários, democráticos, nos estados em desenvolvimento e nos industrializados.

#### **4 A REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS E GRUPOS POLÍTICOS NOS SUCESSIVOS GOVERNOS E DISPUTAS NO LEGISLATIVO NA GUINÉ-BISSAU (2014-2019)**

Depois do período de governo de transição por dois anos, as eleições gerais, presidenciais e legislativas foram organizadas nos dias 13 de abril e 18 de maio<sup>9</sup>. Segundo os resultados divulgados pela Comissão Nacional das Eleições (CNE), o PAIGC foi o vencedor das eleições gerais. José Mario Vaz (JOMAV) eleito presidente da república e Domingos Simões Pereira indicado para as funções de primeiro-ministro. Os resultados das eleições legislativas são descritos no gráfico 1.

---

<sup>9</sup> Referente à segunda volta das eleições presidenciais, disputadas entre o candidato apoiado pelo PAIGC, JOMAV e Nuno Na Bian, apoiado pelo PRS.

**Gráfico 1** - Distribuição de votos e vagas no parlamento por partidos da IX Legislatura (2014-2019)

Fonte: CNE, Resultados das Eleições em 2014. Elaboração própria.

O gráfico mostra percentuais obtidos por todos os 15 partidos políticos concorrentes. Apenas 5 elegeram os deputados à Assembléia Nacional Popular (ANP), estabelecendo a seguinte configuração no legislativo: 57 deputados do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo- Verde (PAIGC), resultado de voto de maioria absoluta; 41 deputados do Partido da Renovação Social (PRS); 2 deputados de Partido da Convergência Democrática (PCD). União para Mudança (UM) e Partido da Nova Democracia (PND) ambos tiveram 1 deputado cada.

Conforme Inácio e Batista (2018), o sistema do governo é classificado com base em seguintes características: como os governos e suas autoridades políticas são constituídos, como decidem e implementam as políticas governamentais e de que forma são controlados por cidadãos.

O sistema semipresidencialista relaciona dois sistemas, isto é, a integração entre o executivo e legislativo do sistema parlamentarista e a separação de poderes do sistema presidencialista. Nesse modelo, o primeiro-ministro, indicado e mantido pelo parlamento, divide suas atribuições com um presidente não eleito pelo parlamento. Ambos os chefes desempenham as funções políticas e a extensão dos poderes dos dois depende das regras e dos procedimentos formais adotados em cada país. O primeiro-ministro é responsável pelas principais decisões governamentais. O presidente detém expressivos poderes excepcionais como o de nomear o primeiro-ministro e outros ministros (INACIO; BATISTA, 2018).

Neste caso a Constituição da República promulgada em 1996<sup>10</sup>, no seu artigo 98.º do ponto 1 e conjugado com artigo 68.º da alínea g reserva os direitos ao PAIGC de liderar o governo, segundo consta na Lei Magna:

ARTIGO 98.º: 2-O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular<sup>11</sup>. ARTIGO 97.º: 2- O Primeiro-Ministro é o Chefe do Governo, competindo-lhe dirigir e coordenar a ação deste e assegurar a execução das leis. ARTIGO 68.º das competências do Presidente da República: g) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular. ARTIGO 104.º: 2 - O Presidente da República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular (CRGB, 1996).

De acordo com Luz, Aflalo e Dutra (2018) a coalizão de governo é acordo formal entre o partido do presidente ou [primeiro-ministro], ou seja, o partido/coalizão com maioria parlamentar com demais formações políticas representados no legislativo. Isso daria ao executivo o status de um coletivo formado por outros partidos apoiadores do governo. Responsáveis de formular uma agenda de políticas e de executá-las.

O PAIGC, depois de um processo eleitoral intenso, busca a aliança de todos os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular, para construir uma agenda do governo coletivo com vista a efetuar as reformas necessárias, para assim dar novo impulso ao funcionamento das instituições democráticas.

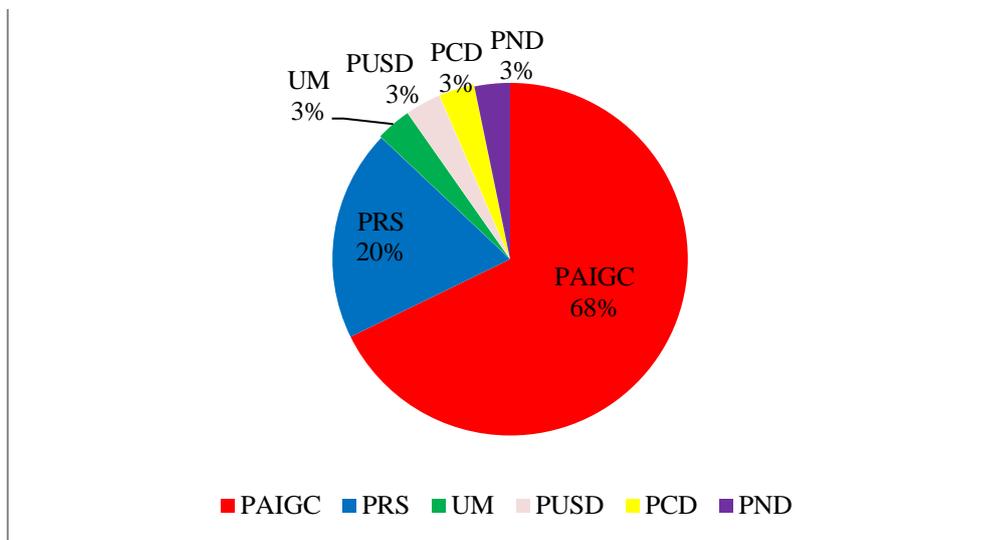
No governo liderado por Domingos Simões Pereira participou todas as formações políticas representadas no parlamento<sup>12</sup>. O PAIGC detinha a maior representação com 68%, seguido do PRS com 20%. Os demais partidos dispunham de 3% de suas representatividades. O governo por agregar todas as forças políticas representadas no legislativo obteve apoio dos mesmos para aprovação das suas agendas governativas. Os dados são representados no gráfico 2.

<sup>10</sup> Constituição da República da Guiné-Bissau. <<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicao-da-republica>>. Acesso em: 08 Out. 2022.

<sup>11</sup> Ver Kosta(2016).

<sup>12</sup> Partido Unido Social Democrata (PUSD) não tinha representação no legislativo.

**Gráfico 2** - Representação dos partidos no governo liderado por Domingos Simões pereira (julho de 2014 a agosto de 2015)



Fonte: Dw.África: Guiné-Bissau tem novo Governo.JornalOdemocratagb. Os membros do governo de Carlos Correia: percursos profissionais, acadêmicos e políticos. Elaboração própria.

Depois de alguns meses de governação era visível a ambição do governo de cumprir as suas promessas eleitorais. Entre várias conquistas, a organização da mesa redonda de doadores em Bruxelas em março de 2015 foi emblemática, visto que os resultados poderiam traduzir para a dinamização da economia e garantir o desenvolvimento e bem-estar social. Segundo Té e Monteiro (2020, p.230), “O objetivo foi de conseguir dos parceiros de ajuda financeira para a estratégia de desenvolvimento do país e saiu de Bruxelas com uma promessa que ronda mais de mil milhões de euros”.

As mudanças previstas devido os resultados positivos da mesa redonda não foram concretizadas. Os ganhos pareciam ter uma interpretação diferente do presidente da república. De acordo com Té e Monteiro (2020), depois da organização da mesa redonda circulava a informação a respeito da suposta exoneração do primeiro-ministro.

Os rumores da demissão do governo deixaram o clima político e social um pouco agitado no país<sup>13</sup>. A sociedade civil mobiliza-se contra as supostas decisões do presidente da república. O parlamento votou a moção de confiança ao governo. Mesmo assim, José Mário Vaz por ter as prerrogativas constitucionais para tal exonerou o primeiro-ministro a revelia do apoio do legislativo e da sociedade civil.

<sup>13</sup> Sociedade civil pede manutenção do governo de Simões Pereira. <<https://www.ODemocratagb>>. Acesso em: 03 Jan. 2023.

Luz, Aflalo e Dutra (2018) mostraram seus pontos de vista em relação ao sistema do governo, e a diferença entre o presidente e primeiro-ministro. De acordo com esses autores, no caso da manutenção do cargo, o primeiro-ministro mantém força quando seus atos estão de acordo com a maioria formada no parlamento, enquanto o presidente sobrevive com minoria parlamentar, uma vez que sua eleição não emana do parlamento.

Bobbio (1998) estabelece a diferença entre vários tipos de crises e as suas causas. Segundo autor, a crise governamental trata-se do funcionamento do subsistema do governo, causadas por vários fatores como a relação da estrutura governamental com a sociedade, pela homogeneidade e heterogeneidade do governo; é vista na relação entre a classe política e sociedade, a falta da representatividade da classe política no poder. Além disso, também a crise de um determinado sistema político envolve os dispositivos jurídicos e constitucionais do sistema.

A crise governativa guineense há muito tempo é consequência de todos esses fatores. Segundo Carvalho (2010), a instabilidade política na Guiné-Bissau deve-se à incapacidade das instituições públicas das suas funções básicas do Estado. Para M'Bunde (2017), as interrupções das legislaturas são frequentes desde a abertura democrática até os dias atuais, devido aos arranjos políticos partidários no poder legislativo que condicionam à existência de novas alianças políticas para assumir o governo.

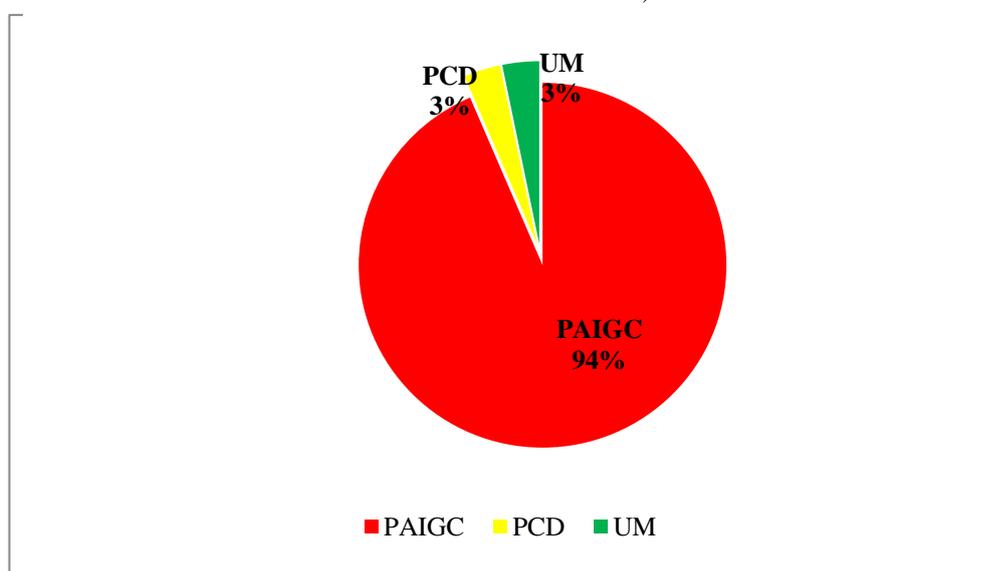
Enquanto isso, Mendes (2010) aponta os numerosos partidos políticos na Guiné-Bissau, como fator da dificuldade da democratização da democracia, uma vez que não é a quantidade que interessa, mas sim a qualidade de partidos políticos que é o sinônimo de uma democracia bem sucedida.

Pode assim afirmar que esta última iniciada em 2015 se reverberou, ou seja, polariza-se devido à nova consciência política dos guineenses, fortemente engajados no ativismo político, influenciada pelos avanços das tecnologias, bem como a participação efetiva da sua diáspora na definição das agendas políticas, outrora feita com pautas distintas. Além do mais, se verifica constantes transições de atores políticos para diferentes alianças partidárias.

Melo (2018) caracteriza este fato como um dos desafios que os partidos políticos enfrentam neste início do século XXI, de não alinhamento e mudanças substanciais de seus membros em diferentes eleições. A mudança é motivada primeiramente pelo crescente número de partidos políticos que surgem em cada eleição; acesso à educação, em particular o nível superior que proporciona todo conjunto de debates e sentidos críticos a várias situações sociais e políticas.

Depois da exoneração de Domingos Simões Pereira, nos dias seguintes, o Baciro Djá foi nomeado novo primeiro-ministro. Porém, em 48 horas, foi exonerado na sequência do Acórdão n.º 1/2015 do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) interposto pelo PAIGC, alegando a ilegalidade do ato (KOSTA, 2016). O órgão máximo da justiça guineense considerou ilegal o ato do presidente da república. Diante da situação iniciaram-se diversas negociações entre as alianças partidárias na busca de consenso para formar novo governo<sup>14</sup>. O PAIGC indicou Carlos Correia (CC), ao cargo de primeiro-ministro. No gráfico 3 consta a representatividade de três formações políticas no governo.

**Gráfico 3** - Representação dos Partidos no Governo liderado por Carlos Correia (setembro de 2015 a maio de 2016)



Fonte: Tchogue.blogs. Guiné-Bissau: Governo de Carlos Correia. Jornal ODemocratagb. Os membros do governo de Carlos Correia: percursos profissionais, académicos e políticos. Elaboração própria.

O PAIGC aumentou a representatividade no executivo com 94%, todavia, perdeu a maioria no legislativo, por causa da crise interna provocada pelos 15 deputados por terem votados contra o programa do governo. Esta relação de fragmentação do governo em democracias representativas é um problema já pontuado por Inácio e Batista (2018). Conforme as autoras, o sistema de partidos e o grau de fragmentação política de cada país interferem diretamente na formação e no funcionamento dos governos. De acordo com eles, a

<sup>14</sup> PAIGC indica Carlos Correia para cargo do primeiro-ministro. <<https://www.ODemocratagb>>. Acesso em: 03 Jan. 2023.

dinâmica partidária pode afetar o tamanho da maioria parlamentar (minoritário ou majoritário e o tipo do governo formado (unipartidário ou de coalizão).

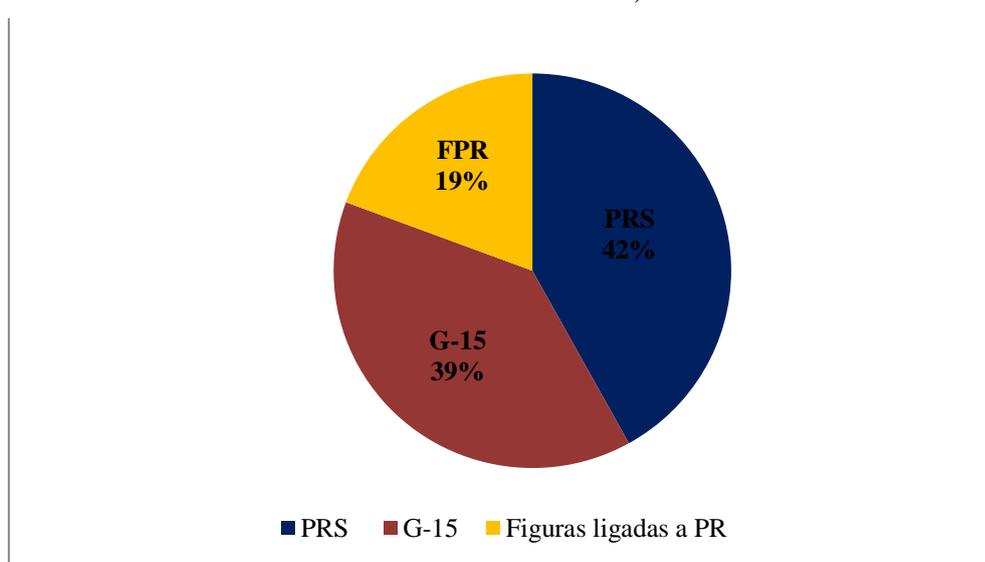
Luz, Aflalo e Dutra (2018), levantaram a mesma questão, referente ao sistema do governo e forma de eleição entre presidente e primeiro-ministro. Na concepção dos autores o apoio no legislativo tem grande impacto sobre a sobrevivência do governo. O primeiro-ministro é dependente de uma maioria no legislativo tanto para a conquista, quanto para a manutenção de seu cargo.

A Constituição da República da Guiné-Bissau no artigo 104.º e alínea b, uma das causas que acarreta a demissão do governo é a "não aprovação pela segunda vez consecutiva do Programa do Governo". O PAIGC diante da dificuldade de produzir resultados satisfatórios em negociações com a coalizão da oposição (PRS e G-15), o governo transita para a fase de caducidade e perde a legitimidade. Em consequência o primeiro-ministro foi exonerado.

O Baciro Djá de novo confiado às funções de chefiar o governo. Suportado pela nova coalizão ( PRS e G-15) que detém maioria parlamentar. Esta ação é tipicamente do sistema multipartidário. Segundo Inácio e Batista (2018), a formação do governo em sistemas multipartidários consiste em acordos entre os grupos partidários para compor a coalizão majoritária e formar o governo, quando não há um partido majoritário.

O gráfico 4 demonstra a proporção desses grupos políticos no governo. O PRS passou a ter a maior influência com 42% da sua representatividade, e G-15 possui 39%. Neste novo governo, surgiu a Figura ligada ao Presidente da República (FPR), isto é a participação de algumas individualidades da confiança do presidente no elenco governamental.

**Gráfico 4** - Representação dos Partidos no Governo liderado por Baciro Dja (maio de 2016 a novembro de 2016)



Fonte: Radiosolmans. O empossamento de membros do governo de Baciro Dja. Jornal Odemocratagb. Os membros do governo de Baciro Dja: percursos profissionais, acadêmicos e políticos. Elaboração própria.

Segundo Baracho (1979), a ascensão dos partidos no legislativo leva a criação de bancadas, para articular os seus interesses aos de sua organização, as regras de funcionamento do processo legislativo. A ocupação dos cargos diretivos dos parlamentares passou a ser defendida na relação conflituosa ou de cooperação entre partidos.

Justamente isso torna evidente a relação das duas alianças, permeada por conflitos de interesses, impactou diretamente a governabilidade no país. O governo liderado por Baciro Dja, mesmo tendo maioria dos deputados, nunca teve a oportunidade de se apresentar na plenária da Assembléia Nacional Popular<sup>15</sup>, devido ao não agendamento das sessões na comissão permanente, para discussão do programa e orçamento geral do Estado, provocada pela coalizão dos partidos opostos (PAIGC, PCD,UM).

Sem aprovação do programa do governo e orçamento geral do estado no prazo determinado pela lei<sup>16</sup>, o governo perde sua legitimidade. Uma vez nessa situação é impossível resolver as diversas crises sociais e econômicas do país, por conseguinte

<sup>15</sup> Segundo os Artigos 47º e 48º do Regimento Interno da ANP, a Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembléia Nacional Popular e é composta pelos Vice-Presidentes e por doze Deputados indicados pelos partidos, de acordo com a sua representatividade na Assembléia. Entre várias competências, uma delas é aprovar as propostas da ordem do dia. O PAIGC tendo a maior representação neste órgão inviabilizou o agendamento das sessões parlamentares para discussão de programa e orçamento de governos liderado por BaciroDja e UmaroSissoco Embaló.

<sup>16</sup>Ver Kosta (2016).

registraram-se vários protestos e greves na função pública (SANGREMAN, PROENÇA e MARTINS, 2016), essas condições levaram a exoneração do primeiro-ministro.

## **5 A INTERVENÇÃO DO CEDEAO NA CRISE GOVERNATIVA NA GUINÉ-BISSAU: ACORDO DE CONACRI**

Com a exoneração de Baciro Dja, houve várias negociações, entre as duas alianças, mas sem sucesso. O presidente da república, como forma de buscar soluções, face à crise governativa, pediu a intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a organização sub-regional, que vem atuando na Guiné-Bissau há muito tempo, com a presença mais efetiva em dois momentos nomeadamente: golpe do Estado de 12 de abril de 2012 e a intervenção na crise governativa iniciado em 2015.

O acordo político foi rubricado neste país vizinho, entre os dias 11 a 14 de setembro de 2016, sob a presidência de Alpha Condé, nomeado pela CEDEAO como mediador da crise governativa na Guiné-Bissau. No acordo constam vários pontos para formação de governo e reformas institucionais.

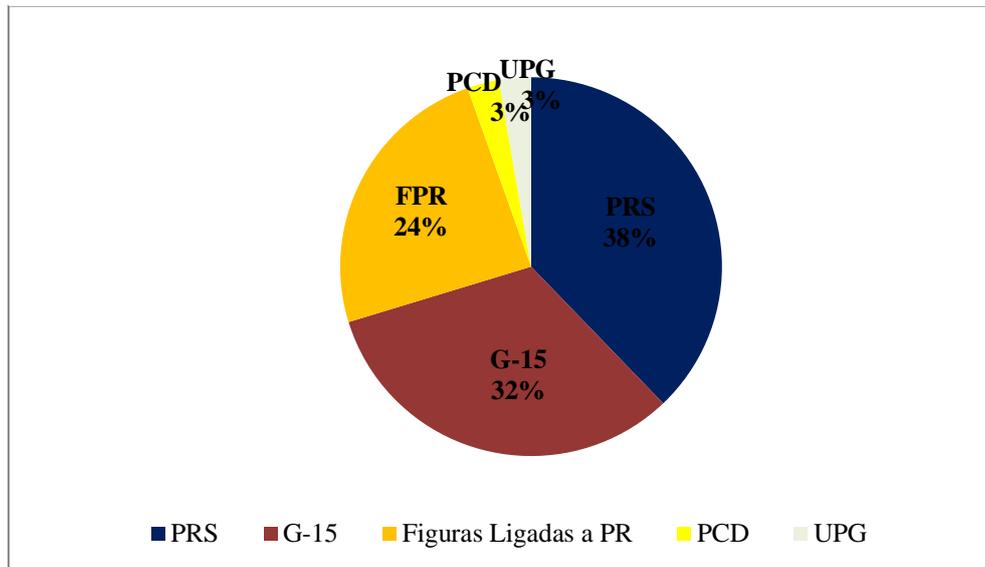
No entanto, o primeiro ponto, o principal, em que os demais se derivam, constitui o elemento da interpretação subjetiva<sup>17</sup>, por parte das alianças partidárias e do presidente da república, referente à nomeação do primeiro-ministro. No ponto 1, do Acordo de Conacri (2016):

Num processo consensual da escolha de Primeiro ministro que tenha a confiança do presidente da república. O Primeiro ministro deverá exercer as funções até às eleições legislativas de 2018 ponto 2, na formação de um governo consensual entre os partidos representados no parlamento, com base no princípio da proporcionalidade da respectiva representação parlamentar (ACORDO DE CONACRI, 2016).

Diante desta interpretação subjetiva, o presidente da república, nomeou Umaro Sissoco Embaló como chefe do governo com o apoio de PRS e G15. A coalizão liderada pelo PAIGC se opôs a esta nomeação, alegando que o novo primeiro-ministro não teria sido o escolhido no acordo como figura do consenso. Exigiu a nomeação de Augusto Olivais, apontado como nome consensual para liderar o executivo. O gráfico 5 mostra como as diferentes formações e grupos políticos tiveram a representações no governo.

<sup>17</sup>Discórdia em torno da aplicação do Acordo de Conacri – DW – 18/09/2017:.. <<https://www.DW.com>. Acesso em:03 Jan. 2023.

**Gráfico 5** - Representação dos Partidos no Governo liderado por Umaro Sissoco Embaló (novembro de 2016 a janeiro de 2018)



Fonte: Dw.África: Governo de Umaro Sissoco Embaló. Jornal Odemocratagb. Os membros do governo de Umaro Sissoco Embaló: percursos profissionais, académicos e políticos. Elaboração própria.

O PRS, mais uma vez, se destaca por ser principal protagonista, tendo maior representação no governo, 38% contra 32% do G-15. A Figura ligada à Presidência da República possui 24%. A coalizão PRS e G-15 agregou duas novas personalidades políticas, trata-se de um dos deputados do PCD e líder da União Patriótica Guineense, partido extra parlamentar. Os dois tiveram uma representação de apenas 3%.

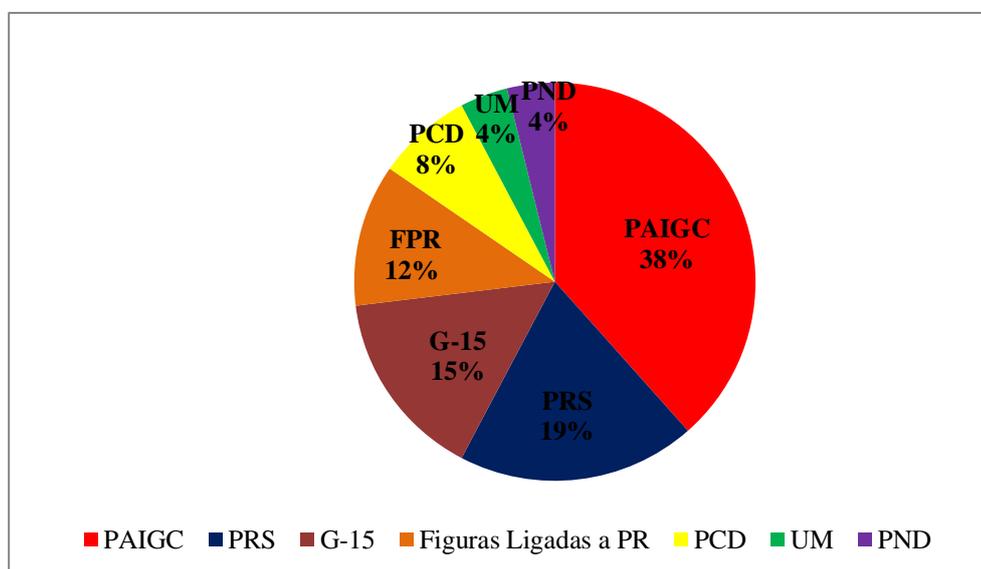
O governo não foi capaz de garantir a governabilidade, devido à continuidade do não agendamento das sessões plenárias. Os partidos da oposição intensificaram a ação de manifestação contra a governação, exigindo do presidente da república o cumprimento integral do acordo de Conacri. Além do mais, pela crise social, sucessivas greves no setor de saúde e educação, houve uma onda de manifestações de vários movimentos sociais (SEMEDO, 2020).

Semedo (2020) mostra como o impasse no parlamento impossibilitou o exercício eficaz do governo e gerou muitos debates e ação por parte da sociedade civil:

A situação de ingovernabilidade instaurada com a queda dos sucessivos governos e, conseqüentemente, o impasse verificado no Parlamento entre partidos na interpretação do Regimento Interno e Estatutos dos Deputados contribuiu para impedir o agendamento do debate sobre instrumentos de governação (Programa de Governo e Orçamento Geral do Estado). A paralisia institucional gerou assim um acirrado debate político-partidário extra parlamentar, suscitando o surgimento e questionamento dos movimentos ativistas sobre o estado da democracia na Guiné-Bissau ( SEMEDO, 2020, p.26).

A CEDEAO, encurralada perante a crise governativa guineense, convidou novamente os partidos e o presidente da república para definirem novas agendas políticas, com o intuito de garantir a governabilidade no país. Na Cimeira organizada em Lomé<sup>18</sup>, capital de Togo, o acordo foi assinado pelas partes, tendo como resultado a formação de novo governo, na qual participaram todos os partidos e grupos políticos com assento no parlamento. Aristides Gomes escolheu o líder do executivo, cuja missão principal é a organização das eleições legislativas. O gráfico 6 mostra a representatividade de diferentes grupos no governo.

**Gráfico 6** - Representação dos Partidos no Governo liderado por Aristides Gomes (abril de 2018 a outubro de 2019)



Fonte: Dw.África. Governo de Aristides Gomes. Jornal Odemocratagb. Os membros do governo de Aristides Gomes: percursos profissionais, académicos e políticos. Elaboração própria.

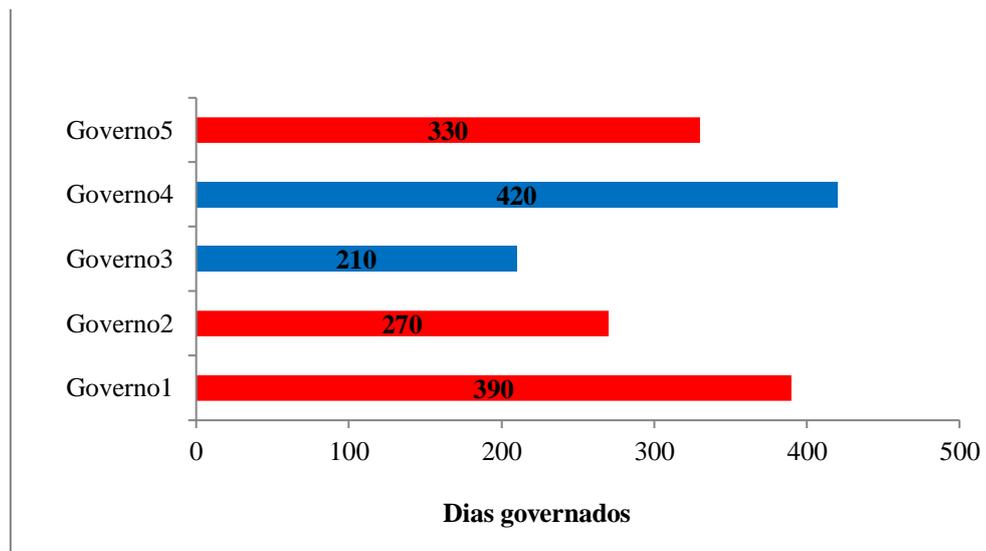
O PAIGC, além de liderar o governo, teve a maior representação, 38%. O PRS possui 19% e o G-15 obteve 15% da sua representatividade. As figuras ligadas ao Presidente da República tiveram 12%; PCD com 8%, UM e PND ambos possuem 4% de representatividade. O governo pela sua missão principal de organizar as eleições foi apoiado por todos os partidos representados na ANP. As eleições legislativas tiveram lugar no dia 10 de março de 2019, depois do adiamento da primeira data em 2018.

O gráfico 7 mostra a duração de todos os governos da nona legislatura. Governo1- liderado por Domingos Simões Pereira composto por todos os partidos representados no

<sup>18</sup> Cimeira da CEDEAO: Aristides Gomes é o novo primeiro-ministro escolhido pelas partes em Lomé.<<https://www.O Democratagb>>. Acesso em: 03 Jan. 2023.

parlamento. Governo2- liderado por Carlos Correia participa apenas três partidos PAIGC, PCD e UM. Governo3- liderado por Baciro Dja, suportado pela coalizão (PRS e G-15). Governo4- o primeiro-ministro foi Umaro Sissoco Embaló, apoiado pela coalizão (PRS e G-15). Governo5- chefiado por Aristides Gomes, através de acordo de Lomé. Obteve o apoio de todas as formações e grupos políticos representados na ANP.

**Gráfico 7** - Dias Governados por todos os primeiros-ministros de 2014 a 2019



Fonte: Elaboração própria.

Os cinco primeiros-ministros governaram em média 324 dias, que corresponde a 10 meses. O governo liderado por Umaro Sissoco Embaló teve a maior duração, 420 dias, 14 meses. O governo liderado por Baciro Dja teve a menor duração de apenas 210 dias, praticamente 7 meses.

Os dois governos, o primeiro liderado por Domingos Simões Pereira, e o quinto chefiado por Aristides Gomes, conseguiram o apoio do parlamento tiveram menor duração, 720 dias, 24 meses (dois anos). A maior parte da governação acontece com os governos em disputas, aqueles que não obtiveram o apoio do legislativo, cujos líderes Carlos Correia, Baciro Dja e Umaro Sissoco Embaló, duraram 900 dias, o que corresponde a 30 meses (dois anos e seis meses).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto, vários artigos fornecem certa compreensão das características dos partidos políticos na contemporaneidade e como o sistema do governo e a relação entre o poder legislativo e executivo são fundamentais para garantir a governabilidade. Melo (2018) reitera a sua posição em considerar que em todos os sistemas do governo, a boa governação passa a depender de apoio partidário, e os partidos têm contribuído para a definição, em cada país de sistemas partidários que com o tempo passaram a canalizar as reivindicações da sociedade em direção às instâncias de governo, portanto é necessária a coesão dos partidos políticos para garantir a governabilidade.

Observando todos esses aspectos que permeiam os partidos políticos e lhes dão a responsabilidade mediante o estado e regimes democráticos, na Guiné-Bissau, o grande problema da crise da governabilidade de 2014 a 2019 está intrinsecamente influenciado pelos problemas internos do PAIGC, isto é dissidência dos 15 deputados.

O resultado dessa disputa política impactou o funcionamento das instituições democraticamente constituídas: parlamento e o governo respectivamente. O órgão legislativo ficou improdutivo, por quase mais de dois anos, devido às suspensões das sessões plenárias. Durante cinco anos foram nomeados setes primeiros-ministros e seis governos. Todos esses governos não conseguiram dar respostas críspação política e social que se vivia no país. O segundo indicativo é a falta de compromisso das alianças políticas em garantir a governabilidade e trabalhar para que as instituições democráticas funcionem em sua plenitude.

Para garantir um exercício pleno da democracia e assegurar a governabilidade quer por meio de único partido ou através de coalizão, passa pelas profundas reformas nos partidos políticos, com vista a criar novas lideranças comprometidas com valores democráticos e que encaram a política como o ato de servir a sociedade. Igualmente, àquelas que aceitam a nossa pluralidade étnica e religiosa e que zelam pela sua coesão.

Uma das causas que possa contribuir na crise da governabilidade poderia ser identificada na relação do sistema do governo e ambiguidade da constituição da república referente aos poderes do presidente. Por não ser o foco do trabalho seriam sugestões para próximas pesquisas. Outrossim, é uma pesquisa paralela para analisar as mudanças que aconteceram no PAIGC com a fragmentação da sua base, motivada pela saída dos 15 deputados, bem como estudar as ações do Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), fundado pelos dissidentes do PAIGC.

## REFERÊNCIAS

**Acordo de Conacri, 2016.** Disponível em: <[https://www.parlamento.gw/leis/tratados-e-acordos-internacionais/acordo-de-conacri/at\\_download/file](https://www.parlamento.gw/leis/tratados-e-acordos-internacionais/acordo-de-conacri/at_download/file)>. Acesso em: 25 jul. 2020.

AIRES, Maria Cristina Andrade. A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea. **Revista debates**, v. 3, n. 2, p. 12, 2009.

BARACHO, Jose Alfredo de Oliveira. Teoria Geral dos Partidos Políticos. Brasília: **R.Inf.Legisl**, 1979.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. **São Paulo: Brasiliense**, v. 200, p. 16, 2000.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**, vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 674, 1998.

CABRAL NETO, Antônio. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 2, p. 287-312, 1997.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. **Lusotopie**, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995.

CARDOSO, V. A. **A invenção e as reinvenções da democracia**. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DAHL, Robert. A democracia e seus críticos. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. **São Paulo: WMF Martins Fontes**, 2012.

FURTADO, Claudio. Democracia em África: possibilidades e limites. **África**, n. 20-21, p. 199-217, 1998.

Guiné-Bissau. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.

INÁCIO, M.; BATISTA, M. Formas de governo e relação executivo-legislativo nas democracias contemporâneas. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (Orgs.) **Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.

KOSTA, Aníran Ykey Pereira Kafft. **A problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

LUZ, Joyce; AFLALO, H. Maruci; DUTRA, A. Beatriz. Governabilidade e Sistema Eleitoral no Brasil. In **Governabilidade** / org. Humberto Dantas, Rio de Janeiro: Adenauer Stiftung, 2018.

M'BUNDE, Timóteo Saba. COMPORTAMENTO PARTIDÁRIO E CÍCLICA INTERRUPTÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

MELO, C. R. Os partidos nas democracias. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (Orgs.) **Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades**. 2010. Tese de Doutorado. FEUC.

MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. Teorias democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (Orgs.) **Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 59, p. 5–49, 2005.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.

POGREBINSCHI, Thamy; FERES JR, João. **Teoria política contemporânea**. Elsevier Brasil, 2010.

SANGREMAN, Carlos; PROENÇA, Fátima; MARTINS, Luís Vaz. Guiné-Bissau: a evolução (2010-2016), 2016.

SELL, Carlos Eduardo. Ideologias políticas. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia política**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 51-78, 2006.

SEMEDO, Rui Jorge. Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 40, p. 13-36, 2020.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 4.p.214-239, 2020.

VIANA, Nildo. O que são partidos políticos. **Goiânia, Edições Germinal**, 2003.